1

ISSN: 0101-6342

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

V

n. 80 - maio 2016 - ago. 2016



Diretor da Revista Felipe Teixeira Neto

Conselho Editorial
Felipe Hochscheit Kreutz
Gustavo Schneider de Medeiros
José Alexandre da Silva Zachia Alan
Michael Schneider Flach
Rodrigo da Silva Brandalise
Vinicius de Melo Lima

Conselho de Professores Convidados Adalberto de Souza Pasqualotto - PUCRS Antônio Carlos Nedel - UNISINOS Bruno Miragem - UFRGS Cláudia Lima Marques - UFRGS Delton Winter de Carvalho – UNISINOS Gabriel Real Ferrer – Alicante-ES Hugo Nigro Mazzili – ESMP-SP José Rubens Morato Leite - UFSC Lidia Garrido Corbobera – UBA-AR Luís Gustavo Andrade Madeira - PUCRS Nestor Caferatta - UBA-AR Patryck de Araújo Ayala – UFMT Paulo de Sousa Mendes - Universidade de Lisboa-PT Sandra Cureau - UERG Sandra Regina Martini Vial – UNISINOS

> Presidente da AMP/RS Sérgio Hiane Harris

Solange Telles da Silva – Universidade Makenzie Tupinambá Azevedo – UFRGS

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 80 (2016)-. –

Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm

Quadrimestral ISSN 0101-6342

1. Direito – Periódicos 2. Direitos Sociais – Brasil. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público II. Teixeira Neto, Felipe (Diretor da Publicação)

Índice para catálogo sistemático:

Direito – Periódicos CDU 34(051)

CDD 340.05

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária: Kátia Minatto Leal – CRB 10/1697







Cíntia Teresinha Burhalde Mua
Débora Ataíde
Ivana Battaglin
José Emílio Medauar Ommati
José Maria Tesheiner
Marco Aurélio Nascimento Amado
Michael Schneider Flach
Sandra Oliveira e Silva
Vinícius Lameira Bernardo

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul n. 80 – maio 2016 – ago. 2016







Porto Alegre, 2016



© dos autores, 2016

Editoração: Nilmara Trindade da Silveira nilsilveira@cpovo.net – Fone: (51) 99919.4758

Direitos desta edição reservados por AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS, www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501 90050-191 – Porto Alegre, RS Fone: (51) 3254 5300 amprs@amprs.org.br www.amprs.org.br

(

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ("INTERNET"), NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR, SEM QUALQUER DIREITO AUTORAL.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil



 \bigoplus

•

SUMÁRIO

API	RESENTAÇÃO	7
EN	NSAIO	
01	AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: interpretando o artigo 8, VIII, e parágrafo primeiro da Resolução 213/2015 do CNJ. Marco Aurélio Nascimento Amado Débora Ataíde	9
DC	DUTRINA	
INS	STITUCIONAL	
02	A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: o quanto o sistema judicial pode reproduzir os estereótipos do patriarcado para encarcerar as mulheres pobres Ivana Battaglin	17
03	PANORAMA SOBRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL Michael Schneider Flach	41

(

NACIONAL

04	DE LEGISLADOR NEGATIVO A LEGISLADOR POSITIVO: as sentenças intermediárias no controle	
	de constitucionalidade brasileiro	55
	José Emílio Medauar Ommati	33
05	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	
	E AÇÃO COLETIVA RELATIVA A DIREITOS INDIVIDUAIS	
	HOMOGÊNEOS: diálogo integrativo	69
	José Maria Tesheiner	
	Cíntia Teresinha Burhalde Mua	
06	MUDANÇAS CLIMÁTICAS: estratégias de litigância	
	e o papel do judiciário no combate as causas e efeitos	
	do aquecimento global no contexto brasileiro	79
	Vinícius Lameira Bernardo	
INT	ERNACIONAL	
07	A LIBERDADE CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO	
	NO PROCESSO PENAL: breves considerações	
	em torno do princípio nemo tenetur se ipsum accusare	111
	Sandra Oliveira e Silva	





APRESENTAÇÃO

No quadrimestre em que nossa Associação comemora os seus 75 anos de fundação, tem-se a grata satisfação de, na sequência das respectivas festividades, trazer a público a 80ª edição da sua tradicional *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*.

O presente número contou com importantes contribuições de colegas de Ministério Público, de operadores do direito e de acadêmicos em geral, permitindo a elaboração de exemplar com relevantes acréscimos à doutrina jurídica.

Vem a edição assim composta, na seção ensaio, por texto dos colegas do Ministério Público baiano, Marco Aurélio Nascimento Amado (Promotor de Justiça) e Débora Ataíde (estagiária do MP/BA), sobre a audiência de custódia, seguido, na seção doutrina institucional, por textos sobre a criminalização da pobreza numa perspectiva de gênero, de autoria da Promotora de Justiça Ivana Machado Battaglin, e sobre a evolução história dos mecanismos de proteção do patrimônio cultural, da lavra do também Promotor de Justiça Michael Schneider Flach.

Na seção doutrina nacional, a Revista é integrada pelos textos sobre as sentenças intermediárias no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, de autoria de José Emílio Medauar Ommati, sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas em ações coletivas versando sobre direitos individuais homogêneos, de autoria conjunta de José Maria Tesheiner e de Cíntia Teresinha Burhalde Mua, bem como sobre as mudanças do clima e as estratégias de litigância no contexto brasileiro, de autoria de Vinícius Lameira Bernardo.

Por fim, o número vem encerrado com a contribuição da doutrinadora portuguesa Sandra Oliveira e Silva, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sobre a liberdade contra a autoincriminação no processo penal, a qual integra a seção doutrina internacional.

Cumpre registrar que, a partir da presente edição e tendo em conta a tendência atual no que tange à facilitação do acesso com uso das ferramentas digitais, a divulgação da Revista para o público interno passa a se dar apenas em





meio eletrônico. O acesso é possível através do link revistadomprs.org.br. Igualmente, no sítio da internet do Ministério Público do Rio Grande do Sul, também consta a catalogação de todas as edições do periódico, o qual pode ser acessado em http://mprs.mp.br/biblioteca/revistamp>.

Agradeço penhoradamente as contribuições recebidas dos autores e o apoio do nosso Conselho de Redação e desejo uma boa leitura a todos.

Felipe Teixeira Neto, Diretor da Revista.



